



## UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA: AS CONFIGURAÇÕES DO PEDAGOGO HOMEM E A FEMINIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA AO LONGO DOS TEMPOS

Hellen Maria Holanda Clemente<sup>1</sup>  
Romário Cícero da Silva Abreu<sup>2</sup>  
Vitória Régia Caldas da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa se insere no campo da História da Educação e tem como tema o homem pedagogo, possuindo como objetivo analisar historicamente os modos de constituição desse profissional mediante uma revisão bibliográfica. Os estudos relacionados ao homem enquanto sujeito do gênero masculino na Pedagogia são recentes e se caracterizam por serem em sua grande maioria, trabalhos desenvolvidos por esses próprios sujeitos, em busca de compreender a relação entre formação, papéis sociais e mercado de trabalho. A pesquisa se caracteriza como de revisão de literatura, partindo da análise de estudos anteriormente produzidos na área de história da educação acerca do homem pedagogo e do gênero masculino na docência e no curso de Pedagogia ao longo dos tempos, sendo caracterizada como uma investigação qualitativa de cunho bibliográfico. No primeiro momento se realizou um levantamento para localizar as produções condizentes com a temática, o segundo foi realizar a leitura panorâmica dos trabalhos localizados, e definir o quantitativo final de trabalhos que constituiriam a base empírica desta produção. O terceiro momento, foi refletir a cerca dos discursos contidos nos trabalhos e construir uma reflexão histórico- teórica sobre os mesmos. Em virtude da conexão entre a temática em estudo e a História da Educação, a análise de estudos empreendidos anteriormente, a necessidade de compreender os processos de constituição e desenvolvimento histórico, social e profissional do curso de Pedagogia e do profissional pedagogo, decidiu-se empreender esta investigação com o intuito de produzir um entendimento acerca dos papéis desempenhados pelo homem pedagogo ao longo da história. Como aportes teóricos pauta-se em autores como Manacorda (1992), Brzezinski (2002), Saviani (2008), Silva(2020), Severo (2021).

**Palavras-chave:** História da Educação; Pedagogo; Docência.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no campo da História da Educação e tem como tema o homem pedagogo, possuindo como objetivo analisar historicamente os modos de constituição desse profissional mediante uma revisão bibliográfica. Que nos possibilita uma visão mais ampla em relação a tríade gênero-formação-profissão.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, coautora1:  
[hellenclemente@hotmail.com](mailto:hellenclemente@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, autor principal:  
[romariocicerio2019.1@gmail.com](mailto:romariocicerio2019.1@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, coautora2:  
[Vitoria182017@gmail.com](mailto:Vitoria182017@gmail.com).



O decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que teve como objetivo principal tratar do nascimento e da organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade do Brasil, oportunizou a partir de suas subdivisões em quatro seções: 1º- Ciências, 2º- Ciências Sociais, História e Geografia, 3º- Letras e a 4º seção Pedagogia. Resultou na criação e institucionalização do curso de Pedagogia no país na modalidade bacharelado, concomitante a criação da Faculdade de Filosofia.

Entretanto, a formação para a docência nas séries iniciais, antigo primário, iniciou-se em 1835 no Rio de Janeiro, com a chegada da Escola Normal no Período Regencial (BRASIL, 1939). Antes, Segundo Freitas, Lopes e Araújo (2017) a iniciativa de se criarem instituições escolares especificamente voltadas para a formação de professores, surgiu desde a Convenção, ocorrida entre 1792 e 1795, após a Revolução Francesa e tenderam a receber o nome de Escolas Normais.

Como pode-se observar, se trata de uma modalidade de curso e de formação já estabelecidas há algum tempo no Brasil levando em consideração apenas o curso superior em Pedagogia. Entretanto, de acordo com Leão (2015) os estudos relacionados ao homem enquanto sujeito do gênero masculino na Pedagogia é recente e se caracterizam por serem em sua grande maioria, trabalhos desenvolvidos por esses próprios sujeitos, em busca de compreender a relação entre formação, papéis sociais e mercado de trabalho.

Em virtude da conexão entre a temática em estudo, com a História da Educação, a análise de estudos empreendidos anteriormente, a necessidade de compreender os processos de constituição e desenvolvimento histórico, social e profissional do curso de Pedagogia e do profissional pedagogo, decidiu-se empreender esta investigação com o intuito de produzir um entendimento acerca dos papéis desempenhados pelo homem pedagogo ao longo da história. Como aportes teóricos para o tema em estudo e comprovação de sua pertinência na atualidade pauta-se em autores como Manacorda (1992), Brzezinski (2002), Saviani (2008), Silva (2020), Severo (2021).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se caracteriza como de revisão de literatura, partindo da análise de estudos anteriormente produzidos na área de história da educação acerca do homem pedagogo e do gênero masculino na docência e no curso de Pedagogia ao longo dos tempos. Se caracterizada como uma investigação qualitativa de cunho bibliográfico, a partir de obras que podem ser localizadas nas bibliotecas setoriais das universidades, repositórios de universidades, google acadêmico, em plataformas digitais e físicas.

No primeiro momento se realizou um levantamento na tentativa de localizar produções condizentes com a temática em investigação, desse modo, pretendeu-se obter as produções que



de iriam compor a base empírica da pesquisa. De acordo com Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica se constitui de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

O segundo passo foi realizar a leitura panorâmica de todos os trabalhos localizados, e definir o quantitativo final de trabalhos que constituiriam a base empírica desta produção. O terceiro e último momento, foi analisar os discursos contidos nos trabalhos e construir uma reflexão histórico-teórica sobre os mesmos.

## **O PEDAGOGO HOMEM NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE**

Historicamente, o trabalho divide-se socialmente obedecendo ou seguindo hierarquias diversas, sejam elas econômicas, de parentesco/descendência, instrução ou de gênero. Revendo o percurso histórico percebe-se nas organizações sociais mais antigas a presença de uma tradicionalidade profissional e a obediência dos locais historicamente destinados aos diversos sujeitos sociais antes mesmo de suas existências.

Sobre isto, Aranha (2006, p. 32) afirma que:

Quando as sociedades se tornaram mais complexas, vimos que a divisão se instalou no seio delas: as mulheres, confinadas no lar, passaram a ser dependentes dos homens, os segmentos sociais se especializaram entre governantes, sacerdotes, mercadores, produtores e escravos, criando-se uma hierarquia de riqueza e poder. Essas mudanças exigiram uma revolução na educação, que deixou de ser igualitária e difusa, portanto, acessível a todos [...] enquanto alguns eram privilegiados, o restante da população não tinha direitos políticos nem acesso ao saber da classe dominante.

Como a educação visava a formação do cidadão especialmente na sociedade grega, entendamos este como homem livre, formado e preparado para o exercício do governo, a participação nas decisões da *Pólis* e nos debates em praça pública, ou seja, os escravos não compuseram este grupo. As atividades liberais, chamadas de profissões liberais e até de ofícios mercenários, eram relegadas a parcela das classes desprovidas de bens e de liberdades nas sociedades, tanto egípcias como gregas e posteriormente romanas.

Bittar (2009, p. 17) argumenta que:

Esses momentos [...] eram realizados apenas pelos componentes da classe dominante e sua prática entendida como necessária para formar o homem omnilateral (completo)-um modelo de educação que previa a formação intelectual [...], entretanto, poucos tinham esse privilégio. Toda a educação deveria ter como objetivo o futuro exercício do poder político.

Sendo a educação atividade delegada essencialmente às famílias, os nobres designavam mestres para seus filhos de acordo com interesse formativo e os costumes da época. Em meio



aos mestres que geralmente eram pessoas de destaque em alguma área de conhecimento e também na sociedade, tidos como sábios, estava também a figura do Pedagogo, este, entretanto sem prestígio algum, tendo em vista que como afirma Manacorda (1992, p. 48):

Nas famílias encontramos também o “pedagogo”: ele acompanha as crianças à escola e em parte exerce a função de mestre, ou pelo menos a de repetidor para elas; é um escravo e, em geral, um estrangeiro; mas raramente e só de modo temporário (isto é, até o previsível resgate), também um grego forasteiro, escravo numa cidade que não é a sua.

Diferente de outros escravos o Pedagogo tinha como incumbência principal realizar a guarda, o transporte da criança de casa para o mestre das letras, o “*grammata*”, providenciar o seu retorno para o lar e realizar repetições dos exercícios e atividades designadas pelo mestre. Com tais papéis a desempenhar, na linguagem atual poder ia-se afirmar que o pedagogo era o assistente pessoal do aprendiz e o interlocutor entre o mestre das letras e a família.

Ao trazer um diálogo entre dois escravos: “[...] em outros autores de todas as épocas: como em Filóstrato, que descreve o pedagogo sentado ao lado do discípulo, repreendendo-o, mostrando-lhe a vara e sacudindo o chicote [...]”, Manacorda (1992, p. 59) evidencia a postura e a autoridade do Pedagogo em relação a aprendizagem e a repreensão do comportamento do aprendiz, explicitando a condição diferenciada deste escravo em relação aos demais pares.

É importante evidenciar que apesar de lidar diretamente com a educação e o cuidado do aprendiz, o Pedagogo não era considerado um mestre das letras ou responsável pela educação literário ou “escolar”, visto que o mestre do “be-a-ba” ou o gramata possuíam reconhecida instrução e valor social superior ao escravo Pedagogo.

Em várias passagens de seu livro o autor destaca diálogos em que podemos constatar tal fato, em um deles o Pedagogo se queixa a outro escravo que o aprendiz ao invés de chama-lo de Pedagogo, o chamou pelo nome, como se fosse um escravo comum. Prosseguindo Manacorda (1992, p. 61), afirma que “a educação [...] se realiza fora de casa no ginásio, [...]enquanto a educação inicial é desenvolvida particularmente, com o pedagogo em casa, e que “[...] o ofício do mestre, era o ofício de quem caiu em desgraça[...]”.

Tornar-se Pedagogo significava para um escravo ou forasteiro escravizado um sinal de distinção entre seus pares, já para cidadãos, ter a necessidade de abandonar o seu ofício e tradições familiares para se tornarem mestres dos filhos dos nobres era uma significativa decadência social, tendo em vista o preconceito e a desvalorização de atividades remuneradas.

Ao descrever a situação financeira e social do Pedagogo Manacorda (1992, p. 62), “[...] Luciano falando dos assalariados [...] descreve minuciosamente a humilde condição dos pedagogos e dos gramáticos, obrigados, a sua “escravidão voluntária “[...] a se submeterem a todas as humilhações e vexames por parte dos patrões”.

Como observado ao longo da história a função de Pedagogo e o ato de educar as crianças



foi historicamente desempenhada por homens, pobres e escravizados, inicialmente não remunerados e sujeitos a castigos físicos e punições por seus senhores. É de importante destaque frisar que o gênero masculino não apenas na figura do Pedagogo, mas também, na do mestre das letras e do gramata era predominante, o que torna inicialmente o campo educacional como essencialmente masculino, com exceção da educação doméstica.

## **O HOMEM PEDAGOGO: DOCÊNCIA, QUESTÕES DE GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO**

Do Egito antigo 3º e 4º milênios a.C. aos dias atuais a participação do homem enquanto sujeito masculino na educação ocorreu frente a diversas mudanças de funções e paradigmas. Desde o escriba, o qual era portador de sólida formação acerca da língua escrita (redação e leitura de textos) e gozava de grande prestígio perante a nobreza a figura masculina continuou se fazendo presente ao longo da história.

Na Grécia e posteriormente em Roma indo do século XX ao II a.C. Sai de cena a figura do escriba e surge o pedagogo, este por sua vez, um escravo responsável por conduzir a criança até o seu mestre (também um homem), repetir os exercícios designados e contribuir na educação do aprendiz também de maneira disciplinar, entretanto, não possuía o mesmo prestígio do seu “antecessor” histórico.

Mais à frente na idade média datada dentre os anos de 476 à 1453, período correspondente do século V ao XV. O papel de educar se centra novamente no sexo masculino, dessa vez, na figura dos padres jesuítas e sob controle do clero e da igreja, o escriba e o pedagogo dão lugar a componentes de uma ordem religiosa que durante longo tempo se ocupou da instrução daqueles que eram “eleitos” para tal benefício perdurando este modelo educacional até o ano de 1759. Já na modernidade tornam-se a centralidade do processo educativo os métodos e os grandes pensadores clássicos da educação, John Locke, Rousseau entre outros. Obras como o Emilio e Didática Magna se tornam referências de modos e técnicas de ensino.

Ao avançar um pouco mais no tempo e se detendo especificamente ao curso de Pedagogia no Brasil, observa-se que o mesmo surgiu no ano de 1930, com o objetivo de formar profissionais capacitados para o exercício do magistério na educação básica e gestão de instituições escolares. Apenas em 1939, ou seja, anos mais tarde o curso foi regulamentado em nosso país por força de lei, como contido no Parecer 5 de 13 de dezembro de 2005, p. 2:

Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”. Estes eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias do estado e dos municípios.

A Pedagogia passou a ser o Locus de formação dos bacharéis/técnicos em educação,



espaço formativo este que era ocupado por professores do ensino primário que visavam ampliar a sua formação para mediante processo de seleção poderem ocupar outros cargos nas instituições educativas dentre elas a administração de instituições, planejamento de currículos e orientação de outros docentes. Estabelecido este contexto, se faz necessário discutir acerca da divisão social do trabalho e onde se encontra a pedagogia dentro dessa discussão desde o seu surgimento como atividade masculina enquanto papel do homem pedagogo até a sua realocação para um campo atualmente majoritariamente feminino.

Com o fim do feudalismo e a adoção do capitalismo se fez necessário o estabelecimento de uma nova ordem social que inevitavelmente trouxe novas funções e papéis para os sujeitos. A divisão do trabalho entre sujeitos e camadas sociais diversas caracterizaram este período, que qualitativa e quantitativamente determinaram e condicionaram papéis sociais.

Segundo Macário (2021, p. 03):

A distribuição quantitativa e qualitativa desigual do trabalho está ligada ao surgimento daqueles complexos de atividades sociais que se voltam sobre os indivíduos com a finalidade de fazê-los assumirem determinadas funções e adotarem formas adequadas de conduta no seio da cooperação social.

Essa divisão acarretou no surgimento de categorias mais ou menos valorizadas, determinação de ocupação de postos por sujeitos segundo classe social, gênero e instrução formal, dividindo homens e mulheres, burguesia e proletariado, detentores dos meios de produção e de força de trabalho. No que diz respeito aos papéis sociais de homens e mulheres Macário (2021, p. 03) segue afirmando:

[...] as mulheres foram rebaixadas no seu papel social uma vez criadas as condições históricas em que os homens passaram a dominar as atividades sociais mais importantes (agricultura, pastoreio, guerra e os instrumentos necessários para tais). De um só golpe, as atividades historicamente desenvolvidas pelas mulheres (reprodução e cuidados, preparo de alimentos, tecelagem e fabrico de utensílios e ornamentos etc.) foram rebaixadas à condição de auxiliares do trabalho social e, ainda mais, consideradas de foro privado cuja direção e controle passou a ser exercida pelos homens [...].

Referindo-se especificamente ao curso de Pedagogia, nota-se uma forte tendência de ocupação desse espaço formativo por mulheres e como consequência também do mercado de trabalho no que se refere aos anos iniciais da educação básica que são compostos pela Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. A esse respeito, Oliveira (2019, p. 13) assevera que:

[...] é notável que o magistério em nosso país seja predominantemente feminino, e, além disso, há uma ligação intrínseca da tarefa educativa com cuidados maternos. Isso foi um dos fatores que consolidou para a feminização dessa profissão. [...] É observado também pelos profissionais que vivenciam a dinâmica da Educação Infantil, que não é só no âmbito escolar que existem preconceitos e paradigmas em relação a professores homens, já que os pais também apresentam uma grande resistência em aceitar esses profissionais.

Desde a ligação direta entre o cuidar e o educar, a aproximação se torna cada vez maior



entre o processo educativo e a figura feminina, se tornando o curso de pedagogia, à docência nos primeiros anos na Educação infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais função essencialmente desempenhada pelas mulheres pedagogas. Entretanto, a esse respeito Louro (1997, p. 22-23) adverte que ao se referir a um gênero, neste caso o feminino, necessariamente estamos nos referindo também ao seu oposto no sentido de oposição entre masculino e feminino. A esse respeito nas palavras da autora:

[...], pois na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aqueles/as que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gêneros diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.

A sociedade como a conhecemos historicamente, determinou muitas das ações humanas a partir de padrões construídos e estabelecidos como hegemônicos, é neste plano de compreensão que será analisada a relação entre os estudos sobre gênero e a atuação do homem enquanto pedagogo/professor. Judith Butler (2003), vai afirmar que quando falamos em gênero nos referimos a algo culturalmente construído, que rompe com a barreira limitadora do sexo, sendo passível de uma multiplicidade de conceitualizações, de tal modo que se constrói e se (re)constrói ao longo dos tempos.

A problemática está entre a reelaboração do conceito de gênero, com uma abertura acolhedora aos movimentos múltiplos, inconstantes e culturalmente construídos pelos sujeitos e o determinismo imposto pela sociedade aos cidadãos inseridos nela por meio de uma concepção excludente, impositora e determinista em todos os âmbitos da existência humana. As profissões, as vestimentas, os lugares a que deve pertencer e frequentar, limitados a partir de um entendimento único, em meio a tantos outros possíveis.

## **ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADE: UM NOVO HOMEM?**

No Brasil, os estudos mais sistemáticos a respeito dos conceitos de masculinidade ocorreram a partir dos anos 1990, antes disso, os estudos ligados aos gêneros se referiam exclusivamente às mulheres e à condição feminina na sociedade brasileira. Por meio de movimentos sociais diversos, percebeu-se a necessidade de se discutir também o papel dos homens e suas funções na sociedade. Como afirma Nascimento (2018, p. 25) “a transformação dos modelos vigentes de masculinidades bebeu na fonte de movimentos sociais importantes, como o feminista, o movimento de mulheres, negro, LGBTQIAP+, entre outros”.

Tais aprofundamentos teóricos e sociais a respeito do homem e seus papéis na sociedade, advindos tanto de ambientes acadêmicos quanto políticos e sociais, na tentativa



ainda incipiente de produzir novos hábitos, papéis sociais e a imagem de um “novo homem” como afirma Souza (2009, p. 134). “novo homem, diz respeito à admissão de um homem “[...] que chora, que é fragilizado e assustado e necessita dividir o peso das grandes responsabilidades que lhes são cultural e socialmente impostas”.

Ao contrariar as imposições realizadas historicamente pelos homens (humanidade) e efetivadas a partir de sua organização como sociedade, Scott (1990), afirma que os sujeitos (homens e mulheres) não podem ser pensados como, unicamente, um produto fabricado pela sociedade e nem como, exclusivamente, um sujeito puramente biológico. Essa divisão entre construto social e biológico deve ser considerada de maneira relativizada, no sentido de que ambos estão contidos um no outro.

Com as questões anteriormente assinaladas, fica evidente a necessidade de reconstrução e reelaboração da concepção hegemônica de gênero e as determinações impostas pela padronização social às pessoas, a partir de uma classificação estática e determinista de papéis sociais previamente estabelecidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui compartilhado exprime a concretização de um ato de incômodo, curiosidade e necessidade de compreensão de 3 estudantes de pedagogia a respeito da condição do ser homem em um curso majoritariamente feminino e que historicamente vem se constituindo como um campo formativo “desajustado” para homens.

Ao recorrer a história da educação objetivamos mostrar que apesar do momento atual “estranhar” o homem no ambiente formativo da pedagogia, este no seu início, o pertencia enquanto o primeiro detentor do “título” de pedagogo na Grécia antiga. Não se trata aqui de requerer que este espaço volte a ser essencialmente masculino, mas de fomentar a inserção e permanência daqueles sujeitos do sexo masculino que sonham um dia serem pedagogos.

A discussão sobre gênero inserida aqui neste trabalho se fez necessária para que se compreenda a complexidade e o vasto campo de debate em que se inserem as questões históricas de ocupação de espaços formativos e de trabalho em quaisquer profissões, neste caso, a docência. Por fim, entendemos que esta produção tenha alcançado o propósito de refletir acerca do homem na pedagogia e espera-se que sirva de mais uma fonte de estudos para aqueles que por esta temática venham a se debruçar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ARANHA, Mara Lúcia A. **História da educação e da pedagogia-geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.



- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: do império à república**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2017.
- BARROS, Aidil de J. P. NEIDE, Aparecida de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BRASIL, DECRETO-LEI Nº 1.190, DE 4 DE ABRIL DE 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Coleção de Leis do Brasil - 1939**, Vol. 4 939, 1939
- BITTAR, Marisa. **História da educação: da antiguidade à época contemporânea**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- BRZEZINSKI, I. **Profissão professor identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LEÃO, Guilherme Inácio Marques. **A importância do docente do gênero masculino nos anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACÁRIO, Epitácio. **Divisão do trabalho e alienação: uma leitura marxista**. UECE-CE, 2019.
- NASCIMENTO, Marcos. Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. In: CAETANO, Marcio; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da (Org.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. Cap. 1. p. 16-27.
- OLIVEIRA, E. M. C. **Feminização de professores nos cursos de pedagogia nas instituições de ensino superior: um olhar sobre os desafios da figura masculina no lócus da educação infantil/anos iniciais**. João Pessoa, 2019.
- PIMENTA, S.; G. SEVERO, J. L. R. L. **Pedagogia: teoria, formação, profissão** – 1. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- RICHARDSON, Roberto J. Et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º ed. 14ºreinpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. 275p. (Coleção Memória da Educação).
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985.
- SILVA, R. M. Et al. O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios. **Perspectivas em diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 148-164, jan./jun. 2020.



SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). **Mediações**: revista de ciências sociais, [s.l.], v. 14, n. 2, p.123-144, 15 dez. 2009. Universidade Estadual de Londrina.